

**A DITADURA MILITAR NA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA NO
PERÍODO DE 1975 A 1986: EPISÓDIOS DA IMPOSIÇÃO
DO ARBÍTRIO NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO EM 1979**

NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DA COMISSÃO DA VERDADE DA UEL

José Luís da Silveira Baldy*

Este é o depoimento de um professor aposentado da UEL que, como docente do Curso de Medicina, viveu e participou da história dessa Universidade no período de 1971 a 2008. O principal objetivo deste artigo é estimular a Comunidade Universitária, sob a liderança do SINDIPROL/ADUEL, a constituir a Comissão da Verdade da UEL, com a finalidade de fazer o registro da intervenção direta e indireta da Ditadura Militar (1964-1985) na história da UEL – tendo acesso aos documentos de todos os órgãos da instituição e a informações registradas em decretos, boletins e jornais da Reitoria, dos Centros, dos Departamentos, e de todas as outras unidades administrativas, assim como a informações documentadas em publicações das associações docentes (ADHUEL e ADUEL) e de funcionários (APUEL e ASSUEL), do PROL e do SINDIPROL, de alunos e do Diretório Central dos Estudantes da UEL (do jornal “Poeira”, em particular) e a notícias publicadas na imprensa local e nacional, a que se acrescentarão os relatos obtidos de depoimentos colhidos de docentes, ex-docentes, funcionários, ex-funcionários, ex-alunos e pessoas da comunidade que tenham tido alguma participação direta ou indireta na administração ou na implantação da Universidade Estadual de Londrina, ou, mesmo, algum vínculo histórico com a Instituição. .

*Professor Titular aposentado (1971-2008) do Departamento de Clínica Médica do Centro de Ciências da Saúde - Universidade Estadual de Londrina, Paraná.

Com a criação da Faculdade de Medicina do Norte do Paraná, cujo primeiro curso teve início em 1967, seu Diretor, o médico Ascêncio Garcia Lopes, passou a dedicar-se ao trabalho de coordenação do grupo que promoveu a unificação das cinco Faculdades existentes no município e a criação da Universidade Estadual de Londrina, cujo Decreto de Criação do Governo do Estado do Paraná é de 28 de janeiro de 1970, e o Decreto de Reconhecimento do Ministério da Educação é de 7 de outubro de 1971.

O primeiro Reitor da Universidade Estadual de Londrina (UEL) foi o Dr. Ascêncio Garcia Lopes (1970-1974). Sua atuação, tanto como Diretor da Faculdade de Medicina do Norte do Paraná e Reitor da UEL, foi extraordinária; sua competência, dedicação e sabedoria no exercício desses cargos ainda estão por ser devidamente reconhecidas pelo Município de Londrina e pelo Estado do Paraná. Pode-se afirmar, sem qualquer vacilação, que o planejamento, a construção e o funcionamento da UEL se devem à liderança, ao esforço criativo e à capacidade executiva desse homem excepcional: Dr. Ascêncio Garcia Lopes. A Comissão da Verdade deve colocar entre seus primeiros e prioritários objetivos a exigência da concessão a ele, por parte do Conselho Universitário, do título de "Professor *Honoris Causa*" (ou de título correspondente, para um ex-Reitor) e a premência, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, da construção, na entrada do Câmpus Universitário da UEL, de uma estátua do primeiro Reitor – o mais esclarecido, notável, desprendido e justo de todos os reitores que estiveram no comando da Universidade Estadual de Londrina: Dr. Ascêncio Garcia Lopes. Em plena ditadura militar, o Dr. Ascêncio admitiu como docentes da UEL vários professores que tinham sido cassados no primeiro momento de atuação arbitrária do golpe militar de 1964, entre os quais, no Curso de Medicina, os Professores Doutores Samuel Pessoa e Luiz Rey. Nunca exigiu o famigerado "Atestado de Bons Antecedentes (políticos)" dos professores da UEL contratados durante o seu mandato.

Os outros reitores da UEL do período em que se incluem os temas de interesse deste artigo serão denominados de: segundo reitor (1974-1978), terceiro reitor (1978-1982) e quarto reitor (1982-1986). Caberá à Comissão da Verdade da UEL, além de divulgar os seus nomes e descrever pormenores de suas biografias, analisar os mecanismos políticos, de favorecimentos pessoais e de compadrio utilizados pela reitoria para a escolha das pessoas que participavam da composição do Conselho Universitário, para respaldo e aprovação das decisões do seu interesse.

O mandato do segundo reitor caracterizou-se pelos arranjos burocrático-institucionais que facilitassem a implantação das medidas discricionárias – sob o patrocínio e a proteção da ditadura militar que, desde 1964, submetia a população brasileira ao seu poder despótico e repressivo –, não só no decorrer do período de 1974 a 1978, mas sobretudo aquelas executadas

servilmente pelo terceiro reitor. O quarto reitor, já numa fase em que a sociedade civil estava alcançando forças e organização para dar fim aos vinte anos de ditadura militar, teve que exercer um mandato hesitante, reticente, cheio de cautelas – quase envergonhado –, no qual lhe foi difícil, quase penoso, sustentar a lealdade que devia aos dois colegas que o precederam na reitoria, cujos princípios e ideias sempre comungara e defendera.

Os episódios a que pretendemos dar ênfase ocorreram, fundamentalmente, no Hospital Universitário de Londrina – cujo nome o segundo reitor tinha modificado, sem consultar a comunidade docente do Centro de Ciências da Saúde, nem seus funcionários e alunos, para Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, com o objetivo de respaldar e abrir o leque de suas ambições políticas, logo conquistadas: secretário estadual de saúde e bem estar social do Estado do Paraná (1979-1982) e deputado federal pelo Paraná (1983-1987). Esse reitor foi quem criou e implantou a Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) – atuante no período de 1975 a 1982 –, centro de delação e de registro em fichários do nome de pessoas (tanto da comunidade interna como da comunidade externa da UEL) que, segundo os critérios de seus funcionários (alcaguetes, “arapongas”, espíões etc.), sob a coordenação da reitoria, eram considerados “esquerdistas” ou “comunistas”. Essas informações eram repassadas a “órgãos de segurança” do governo estadual e federal, inclusive ao Serviço Nacional de Informações. Há provas de que, nesse período, a AESI enviava seus espíões a todos ou a quase todos os eventos políticos e comunitários realizados não só em Londrina, mas em outras cidades do Paraná.

Em 10 de março de 1979, também sem nenhuma consulta prévia aos departamentos, aos funcionários e aos alunos do Centro de Ciências da Saúde (CCS), o terceiro reitor nomeou como diretor-superintendente do Hospital Universitário o coronel da reserva e médico Rubens Passerino Moura, importado de Curitiba *ad hoc* (designado para exercer determinada tarefa). Já adestrado, com a cabeça industriada para exercer missão adrede concertada, o coronel Passerino – sem nunca ter visto antes os professores que passou a achincalhar – assumiu o cargo e começou a adotar medidas arbitrárias e atrabiliárias, logo pondo em vigência um regimento interno do HU por ele mesmo redigido, na solidão despótica dos insanos. Viu-se autorizado a interferir em condutas médicas, a expulsar de sua sala docentes que coordenavam importantes serviços do hospital e a divulgar listas com nomes de docentes sob ameaça de exclusão da Universidade. Logo ficou claro que as medidas estapafúrdias do coronel Passerino constituíam apenas o prenúncio de decisões já engendradas pela reitoria, que viriam a ganhar forma nas portarias assinadas pelo terceiro reitor, que veio a público na manhã do dia 3 de abril de 1979, determinando a demissão sumária de cinco docentes (todos doutores em Medicina), quatro do Departamento de Cirurgia e um do Departamento de Pediatria do CCS da UEL.

Às 11 horas do mesmo dia 3 de abril, 61 docentes do CCS (dos cursos de Medicina, Enfermagem e Farmácia e Bioquímica, ministrados nas dependências do HU) participaram de assembleia para discutir o ato da reitoria, pelo qual eram demitidos arbitrariamente cinco ilustres professores do curso de Medicina da UEL. Na primeira parte dessa reunião, muito tensa, decidiu-se fundar a Associação de Docentes do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná (ADHUEL), elegendo-se por votação direta a primeira diretoria: - Presidente: Dr. Aloysio Ribeiro Lima; - Vice-Presidente: Dra. Eliana Christina Figueiredo Wanderley; - Primeiro Secretário: José Luís da Silveira Baldy; - Segundo Secretário: José Eduardo Siqueira; - Primeiro Tesoureiro: José Luiz Ketzer de Souza; - Segundo Tesoureiro: Oswaldo Yokota. Para o Conselho Deliberativo foram eleitos os docentes Ana Irma Rodrigues, Eduardo de Almeida Rego Filho e Luiz Carlos Jeolás. Em seguida, depois de numerosos pronunciamentos, a Assembleia decidiu decretar greve dos docentes do CCS por tempo indeterminado, fazendo-se publicar, no dia 4 de abril, na Folha de Londrina, um "Esclarecimento ao Público" (Quadro Único). Aderiram à greve posteriormente mais 30 docentes do CCS que não tinham participado da assembleia. Ato contínuo, também decretaram greve todos os 54 médicos-residentes do HURNP e os 380 estudantes de Medicina da UEL (inclusive os 120 internos). O lema do movimento foi "Verdade e Justiça".

A greve teve como quartel-general a sala de reuniões da diretoria da Associação Médica de Londrina, na Praça 1º. de Maio, no centro da cidade, cedida com gentileza pelo seu Presidente, Dr. Alexandre Fragoso da Costa. Todos os esforços possíveis foram feitos para que o terceiro reitor reconsiderasse sua decisão de demitir os cinco docentes. Foram realizados todos os tipos de contato com personalidades locais, civis e religiosos, vereadores, deputados e, inclusive, com o Secretário de Educação do Estado do Paraná, Edson Machado de Souza. Muitos contatos, em busca de ajuda e apoio, para que o reitor revogasse as demissões, também foram efetivados com autoridades civis e militares de outros estados. Uma comissão de docentes foi enviada a Brasília. Ressalte-se que o grupo de grevistas do Hospital Universitário não teve apoio oficial de nenhum centro ou departamento com sede no Câmpus Universitário, nem de estudantes, excetuando os do curso de Medicina. Faça-se justiça: o único docente da UEL com atividade fora do Hospital Universitário a aderir publicamente à greve foi a Professora Doutora Yoshiya Nakagawara, do curso de Geografia.

A greve encerrou-se em 10 de maio de 1979, 37 dias depois de sua deflagração, sem que o terceiro reitor revogasse as portarias em que expulsava sumária e arbitrariamente da Universidade Estadual de Londrina os cinco docentes do CCS. Apesar da frustração de não termos conseguido a readmissão desses professores, a ADHUEL continuou sua luta pela redemocratização da Universidade que tínhamos ajudado a construir, a começar pela restauração do respeito e da dignidade da carreira docente. O espírito democrático com que a UEL fora fundada por Ascêncio Garcia Lopes e que usufruiu nos primeiros quatro anos de seu funciona-

mento, precisava ser restaurado. Havia-se cravado um registro histórico; com a criação e as lutas da ADHUEL em defesa da Verdade e da Justiça, tendo início em Londrina a mobilização organizada dos docentes do ensino superior no Estado do Paraná. Em nossa cidade, a ADHUEL serviu de motivação para que fosse criada, em 1981, a Associação de Docentes da Universidade Estadual de Londrina (ADUEL), cujo primeiro presidente foi o Professor Dr. Luiz Reynaldo Figueiredo Walter, do curso de Odontologia do CCS. Mais tarde, em 1983, ocorreu a fusão de ADHUEL e ADUEL, com a conseqüente extinção da primeira. Com a unificação das duas entidades, congregando os docentes do Câmpus e do HU, a ADUEL – depois de promover em 1985 dois Fóruns de Debates sobre a nossa Universidade – constituiu a Comissão Organizadora da primeira eleição direta para Reitor (cujo apoio foi negado pelo quarto reitor, cujo mandato se arrastava para seu melancólico desfecho), tendo sido eleito e empossado em 1986 o Professor Jorge Bounassar Filho. Iniciava-se nova fase, sob o primado das liberdades democráticas, da história da Universidade Estadual de Londrina. Ao fim deste relato, é imperativa a necessidade de registrar que no restante do mandato do terceiro reitor continuou a prevalecer na UEL o modelo administrativo imposto pela ditadura militar e adotado pela reitoria; o autoritarismo e as arbitrariedades não foram imediatamente atenuados ou suprimidos, mantendo ainda, durante alguns anos, seu vigor repressivo e irracional, de que resultaram as demissões por motivos pessoais ou nunca justificados de vários docentes de alto nível do CCS e outros centros de estudo da UEL, assim como de funcionários que se opunham aos obstinados desmandos do reitor. Essas, no entanto, são outras histórias, cujas circunstâncias e pormenores deverão ser investigados, alinhavados e publicados pela Comissão da Verdade da Universidade Estadual de Londrina.

Quadro Único -- Anúncio publicado pela ADHUEL na página 5 da "Folha de Londrina" em 4 de abril de 1979.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LONDRINA

ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

A Associação dos Docentes do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, em reunião realizada em 3/4/79, em vista dos graves fatos que vêm ocorrendo nesse hospital, já divulgados pela imprensa, desde a posse do coronel-médico Rubens Passerino Moura, como diretor-superintendente, e que culminaram com a demissão sumária através de portarias assinadas pelo Reitor da Universidade Estadual de Londrina, (...), dos cinco docentes e médicos de elevado conceito, (...), decidiu decretar greve imediata, com suspensão completa das atividades didáticas e parcial das atividades assistenciais aos doentes, até que sejam atendidas todas as condições impostas, entre outras: a) Re-admissão dos docentes punidos; b) Demissão do diretor-superintendente coronel-médico Rubens Passerino Moura; c) Demissão do diretor-clínico, (...); d) Revogação do ato executivo do Vice-reitor em exercício, que aprovou o Regimento Interno vigente.

Esclarecemos ao público que os docentes continuarão atendendo o Pronto Socorro e dando assistência a todos os pacientes internados, limitando-se a paralisação do atendimento exclusivamente aos casos de ambulatório.

Contando com a compreensão e o apoio da Opinião Pública, comprometemo-nos a mantê-la informada dos desdobramentos desta crise.

A DIRETORIA DA
Associação de Docentes do Hospital
Universitário Regional do Norte do Paraná